**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**

**RESOLUÇÃO Nº XX, DE XX DE XXXXXXX DE 2013.**

A DIRETORA GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº [9.478](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=id$id=Lei%209.478%20-%201997), de 06 de agosto de 1997, e suas alterações, com base na Resolução de Diretoria nº xxx, de xx de xxxx de 2013,

Considerando que compete à ANP a regulação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis e do abastecimento nacional de combustíveis;

Considerando a necessidade de conferir tratamento isonômico a agentes econômicos que eventualmente concorram para a disseminação de recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo (GLP) sem observância às condições de qualidade;

Considerando o que dispõem a Resolução ANP nº 15, de 18 de maio de 2005, bem como as normas técnicas relacionadas com a requalificação de recipientes transportáveis de GLP;

Considerando que a Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, não dispõe explicitamente sobre as obrigações do revendedor de GLP relacionadas com a qualidade do recipiente transportável de GLP;

Considerando a inflamabilidade do GLP e a consequente necessidade de ser transportado em recipientes dotados da devida qualidade a fim de resguardar a segurança de instalações, seus funcionários e do consumidor; e

Considerando a necessidade de instituir mecanismos legais que resultem em maior eficácia nas ações de fiscalização voltadas à qualidade dos já referidos recipientes,

Resolve:

Art. 1º É vedado ao distribuidor de GLP, autorizado pela ANP, o envasilhamento e a comercialização de recipientes transportáveis de GLP que apresentem requisitos para requalificação.

Parágrafo único. Aplicam-se aos recipientes transportáveis de GLP, que apresentem requisitos para requalificação, o tratamento e procedimentos previstos nos atos pertinentes da ANP e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, bem como nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especificamente a ABNT NBR 8865 (Recipientes transportáveis de aço para gás liquefeito de petróleo (GLP) – Requalificação – Procedimento) e a ABNT NBR8866 (Recipientes transportáveis para gás liquefeito de petróleo (GLP) – Seleção visual das condições de uso).

Art. 2º O distribuidor deverá retirar de circulação e encaminhar para requalificação recipientes transportáveis de GLP, de sua marca ou marca de cujo uso seja contratante, que apresentem requisitos para requalificação.

Art. 3º São vedadas ao revendedor de GLP, autorizado pela ANP, a aquisição e a comercialização de recipientes transportáveis de GLP, cheios, que não observem o prazo de requalificação.

§ 1º A verificação da data deverá ocorrer no momento da entrega do recipiente, sendo vedado o seu recebimento quando fora do prazo para requalificação.

§ 2º Os prazos para requalificação são:

I – no caso de recipiente sem medalhão em torno da válvula de conexão que indique ter sido requalificado: 15 (quinze) anos contados a partir da data de fabricação estampada em alto relevo no corpo do recipiente; e

II – no caso de recipiente com medalhão de requalificação: o ano estampado no próprio medalhão.

§ 3º Caso identifique recipiente que não se encontre dentro dos prazos descritos no parágrafo anterior, ou sem identificação legível dos prazos, o revendedor de GLP deverá devolvê-lo ao distribuidor de GLP.

Art. 4º O distribuidor se obriga a receber em devolução, de revendedor de GLP e de consumidor, sem lhes impor quaisquer ônus financeiros, recipientes transportáveis de GLP, de sua marca ou marca de cujo uso seja contratante, que não observem o prazo de requalificação.

Art. 5º O revendedor de GLP fica obrigado a receber em devolução, de consumidor e de outro revendedor com quem tenha comercializado, recipientes transportáveis de GLP, que não observem o prazo de requalificação, sem lhes impor quaisquer ônus financeiros.

Art. 6º O descumprimento da presente Resolução sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.

Parágrafo único. O revendedor de GLP terá prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação da presente Resolução, para se adequar às obrigações que lhes são imputadas por este ato.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD